

## **contatos**

[Avenida das 2 Rodas 830,  
Parque Empresarial do  
Casarão,  
3750-860 Borralha]  
[geral@globaltronic.pt]

## **DIREITOS DOS TITULARES DE DADOS PESSOAIS**

O visitante deste site declara que foi por esta via que, tomou conhecimento sobre os direitos que pode exercer ao abrigo do art.º 13º do Regulamento Geral de Proteção de Dados 2016/679 (RGPD) do parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016.

### **1) Identidade e contatos do responsável pelo tratamento de dados (art.º 13º, n.º1, a) do RGPD)**

GLOBALTRONIC, Eletrónica e Telecomunicações, S.A.  
Avenida das 2 Rodas, n.º 830  
Parque Empresarial do Casarão  
3750-860 Borralha  
e-mail: geral@globaltronic.pt  
Telefone: 234 612687

### **2) Dados e contato do encarregado de proteção de dados (art.º 13º, n.º 1, b) do RGPD)**

Helena Bandeira  
e-mail: helenabandeira@globaltronic.pt  
Telefone: 234 612687

### **3) Finalidade da recolha e fundamento jurídico do tratamento (art.º 13º, n.º1, c) do RGPD)**

A recolha dos dados pessoais, destina-se à sua utilização, no decurso normal da relação laboral, no âmbito e para os fins explícitos da própria relação laboral.

### **4) Os destinatários são (art.º 13º, n.º 1, e) do RGPD)**

Os recursos humanos para futuros contatos, contratações, verificação da assiduidade e cálculo de retribuições, prestações, abonos e subsídios;  
O departamento financeiro para proceder ao pagamento de retribuições, prestações, abonos e subsídios;  
Advogados da empresa quando necessário para resolução de questões de foro legal no interesse da empresa;



As entidades a quem os dados devam ser comunicados por força de disposição legal ou a pedido do titular dos dados;

As instituições financeiras que gerem as contas da entidade destinadas ao pagamento da retribuição dos trabalhadores;

As entidades gestoras de Fundos de Pensões ou do Regime de Previdência;

As companhias de seguros com quem é celebrado o contrato de seguro de acidentes de trabalho ou de acidentes pessoais;

As entidades que promovem as medidas de segurança e saúde no trabalho.

#### **5) Prazo de conservação dos dados recolhidos (art.º 13º, n.º 2, a) do RGPD)**

O prazo de conservação dos dados será o prazo legal estipulado por lei.

Dados pessoais que não estejam afetos a prazo legal de conservação, serão apagados no termo da relação laboral.

#### **6) Transferência para terceiros (outros destinatários) (art.º 13º, n.º 1, e) do RGPD)**

As companhias de seguros com quem é celebrado o contrato de seguro de acidentes de trabalho ou de acidentes pessoais;

As instituições financeiras que gerem as contas da entidade destinadas ao pagamento da retribuição dos trabalhadores;

As entidades a quem os dados devam ser comunicados por força de disposição legal, execução de decisão ou sentença judicial, ou a pedido do titular dos dados;

As entidades gestoras de Fundos de Pensões ou do Regime de Previdência;

As entidades que promovem as medidas de segurança e saúde no trabalho.

#### **7) Direito de acesso (art.º 15º do RGPD)**

Os titulares dos dados têm o direito de saber se os seus dados pessoais estão ou não a ser tratados, se foram transmitidos para outra entidade, nomeadamente a destinatários estabelecidos em países terceiros ou pertencentes a organizações internacionais e o destino que lhes foi dado.

Os titulares dos dados têm o direito de aceder aos seus dados e a todas as informações respeitantes às respetivas operações de tratamento (recolha, processamento, tratamento).



### **8) Direito de retificação (art.º 16º do RGPD)**

O direito a obterem a retificação dos seus dados pessoais que estejam desatualizados, incorretos ou incompletos.

No caso de dados pessoais incompletos, tem direito a que os mesmos sejam completos, podendo apresentar uma declaração adicional.

### **9) Direito de apagamento (“ao esquecimento”) (art.º 17º do RGPD)**

Os dados pessoais, mesmo que seja exercido o direito de apagamento, têm que obedecer ao prazo legal de conservação, tal como o término do vínculo contratual, serão guardados por esse período e no final do mesmo procedemos à sua eliminação definitiva, informando o titular do procedimento.

O exercício deste direito não será possível de exercer em todos os dados pessoais, uma vez que existem situações em que não é possível proceder à sua eliminação (ex: não se pode ir às finanças, uma entidade pública, e solicitar que sejam apagados os dados pessoais).

O exercício deste direito não será possível de exercer em caso de interesse público no domínio da saúde pública, para efeitos de declaração, exercício ou defesa de um direito num processo judicial, conforme previsto no art.º 17º, n.º 3 e art.º 23º do RGPD.

Será dada informação ao titular dos dados, do prazo final de conservação.

### **10) Direito de limitação do tratamento dos dados pessoais (art.º 18º do RGPD)**

O titular dos dados pode solicitar o exercício deste direito, caso verifique que o tratamento que lhe está a ser dado é ilícito, podendo-o utilizar como alternativa ao direito de esquecimento.

### **11) Direito de oposição ao tratamento dos dados pessoais (art.º 21º do RGPD)**

O titular dos dados pode a qualquer momento opor-se ao tratamento dos seus dados pessoais, desde que digam respeito à sua situação particular e que tenham por base interesses legítimos.



**12) Direito a retirar o consentimento**

O titular dos dados pessoais tem o direito de a qualquer momento, retirar o consentimento ao tratamento dos seus dados pessoais.

**13) Direito à não sujeição dos dados pessoais a decisões automatizadas (incluindo definição de perfis) (art.º 22º do RGPD)**

O titular dos dados tem direito a recusar que os seus dados sejam tratados de forma automatizada que possa produzir efeitos na sua esfera jurídica, tal como a criação de perfis com os seus dados pessoais.

**14) Direito à portabilidade dos dados pessoais (art.º 20º do RGPD)**

O titular dos dados pode solicitar, a transferência dos seus dados para outras entidades, quer junto do RTD para que o faça diretamente para outra entidade, como também, os mesmos lhe serem entregues e efetuar ele próprio a portabilidade dos dados para outra entidade.

**15) Direito ao conhecimento da existência de uma violação dos seus dados pessoais (art.º 34º do RGPD)**

Se a violação de dados pessoais for suscetível de causar danos elevados nos direitos e liberdades do seu titular, este deve ser notificado da violação pela pessoa do DPO (art.º 34, n.º 1 e 2 do RGPD).

**16) Direito de reclamar junto da autoridade de controlo do RGPD (art.º 13º, n.º 2, d) do RGPD)**

O titular dos dados pessoais, tem o direito de reclamar junto da autoridade de controlo designada para a função, fazendo-o diretamente ou fazendo-se representar.



**17) Direito a propor ação judicial**

O titular dos dados pessoais tem o direito de colocar ação judicial, caso se verifique a ilicitude do tratamento dos seus dados pessoais.

**18) A cedência de dados pessoais constitui uma obrigação legal e contratual (art.º 13º, n.º 2, e) do RGPD).**

**19) Como eventuais consequências de não fornecer os dados pessoais, não será possível elaborar o contrato e deste modo manter a relação laboral art.º 13º, n.º 2, e) do RGPD).**

**20) O prazo de resposta ao exercício dos direitos por parte dos titulares dos dados, será de 30 dias, podendo, contudo, este prazo pode ser prorrogado, o que será comunicado aos titulares dos dados.**

**21) Os dados pessoais recolhidos e tratados não serão submetidos a transferências internacionais.**

